

FICHAS DE MEDIDA

Anexo III



ÍNDICE

Medidas Nacionais	4
Ações de formação de apoio à tomada de decisão, vocacionadas para as autarquias, para promoção da cultura do risco e operacionalização dos IGT	4
Ações de sensibilização aos cidadãos sobre o risco inundações	6
Análise custo-benefício para definição de cenários de adaptação às alterações climáticas de troços costeiros em erosão (COBE)	8
Aquisição de programa informático de desenho assistido por computador com capacidade de modelação/criação de corredores em 3D	12
Atualização tecnológica da infraestrutura de suporte aos modelos de previsão hidrológica e hidráulica	14
COSMO 2.0	16
Desenvolvimento sistema de alerta precoce de cheias em meio urbano, com integração de dados de radar	20
Elaboração de guia metodológico sobre modelação hidrológica e hidráulica de inundações....	22
Estudo sobre o impacto das alterações climáticas nas inundações.....	24
Gestão sustentável dos solos - estudo sobre a impermeabilização dos solos e os seus efeitos nas inundações	26
Levantamento topográfico das ARPSI com sensor LiDAR.....	28
Planos de Sedimentos nas Bacias Hidrográficas do Minho, Douro e Tejo	30
Plataforma para troca de dados nas bacias internacionais.....	34
Proposta legislativa para enquadrar seguros em áreas de risco de inundação	36
Recolha, caracterização e disponibilização de dados e informação sobre inundações	38
Medidas Específicas	40
ARPSI de Vila Real de Santo António	40
Incorporação do Plano Geral do Risco de Inundação (PGRI) no Plano Diretor Municipal (PDM) e Plano Municipal Emergência (PME).....	40
Plano de ação estratégico e medidas de mitigação do risco de inundação	43
Reavaliação dos Projetos de implementação de Sistemas Elevatórios de Águas Pluviais para a cidade de Vila Real de Santo António	46
Plano de Emergência Interna (PEI) do Centro Infantil A Cegonha.....	49
Plano de Emergência Interna (PEI) das Águas do Algarve	53
Plano de Emergência Interna (PEI) dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António	57
Plano de Emergência Interna (PEI) da BP (EN 125).....	61
Plano de Emergência Interna (PEI) da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António.....	64
Plano de Emergência Interna (PEI) da Cepsa (Estrada da Mata)	68
Plano de Emergência Interna (PEI) da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.....	72
Plano de Emergência Interna (PEI) do Centro de Saúde de Vila Real de Santo António	76
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Aldeia Nova.....	80

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Castro Marim	84
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Hortas	88
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Monte Gordo	92
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 nº 2 de Santo António	96
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 de Castro Marim.....	100
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 Dom José I	104
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 de Monte Gordo	108
Plano de Emergência Interna (PEI) a Escola Secundária de Vila Real de Santo António.....	112
Plano de Emergência Interna (PEI) da Galp (Avenida dos Bombeiros Portugueses)	116
Plano de Emergência Interna (PEI) da GNR - Posto Territorial de Castro Marim	120
Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de Freguesia de Castro Marim.....	124
Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de Freguesia de Monte Gordo	128
Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim de Infância de Castro Marim	132
Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim de Infância da Misericórdia de Vila Real de Santo António	136
Plano de Emergência Interna (PEI) de Os Mosqueteiros (Rua Doutor José de Campos Coroa)	140
Plano de Emergência Interna (PEI) da Repsol (EN125)	144
Plano de Emergência Interna (PEI) da Repsol (Avenida da República)	148
Reforço de estações hidrométricas e meteorológicas com teletransmissão (SVARH)	151
Implementação e operacionalização de modelo de previsão hidrológica (SVARH)	155

Identificação da Medida

Ações de formação de apoio à tomada de decisão, vocacionadas para as autarquias, para promoção da cultura do risco e operacionalização dos IGT

Código: PTNACPREV01

ARPSI: Todas

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.

Objetivos Operacionais

Articular com as autarquias os procedimentos de diminuição da exposição à ameaça.

Caracterização**Descrição**

O ordenamento do território pode ser entendido como “um processo de organização do espaço biofísico, de forma a possibilitar a ocupação, utilização e transformação do ambiente de acordo com as suas potencialidades” assegurando a sua sustentabilidade.

A diminuição do risco de inundações está fortemente dependente do uso e ocupação do solo nas áreas expostas a este fenómeno. Desta forma, a operacionalização dos IGT deve integrar a informação sobre as inundações, nomeadamente a cartografia dos PGRI, auxiliando de forma determinante a gestão das inundações pelo planeamento. As ações a desenvolver pretendem contribuir para a capacitação de técnicos e decisores na operacionalização que visem contribuir para a redução da vulnerabilidade social, territorial e ambiental:

- Realização de *workshops* sobre a metodologia de apoio à gestão do território proposta no PGRI;
- Dinâmica das inundações, a sua perigosidade a sua interação com o uso e ocupação do solo;
- Promoção da partilha de informação/conhecimento entre administração local e central e
- Infografia, sobre lições aprendidas de eventos históricos nacionais e internacionais e boas práticas aplicadas no ordenamento do território.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

-

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
-------------------	--	-------------	---	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira
Fases de implementação

-

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimento (€): 50 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento
Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida
Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações
Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Ações de sensibilização aos cidadãos sobre o risco inundações

Código: PTNACREAP01

ARPSI: Todas

Tipologia: Recuperação e Aprendizagem

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.

Objetivos Operacionais

Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo.

Caracterização

Descrição

A elaboração de programas de sensibilização e de educação para a redução do risco é imprescindível para a mobilização e participação dos cidadãos nas estratégias de prevenção e mitigação do risco.

De modo a aumentar a consciencialização pública em relação ao risco de inundações, importa estabelecer mecanismos para a sensibilização permanente e sustentável, com ações sequenciais, em parceria com as diversas entidades com responsabilidade nesta matéria.

Assim, as ações passam:

- Elaboração e divulgação de material didático, em suporte digital, sobre medidas preventivas e de proteção, face à ocorrência de inundações;
- Promoção de ações de divulgação em escolas e outros equipamentos coletivos identificados em área inundada; e
- Disponibilização no portal do SNIRH de informação sobre inundações e a sua perigosidade, como agir.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

-

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X			
Custo total da medida						
Investimento (€): 20 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas comparticipação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Análise custo-benefício para definição de cenários de adaptação às alterações climáticas de troços costeiros em erosão (COBE)

Código: PTNACPREV02

ARPSI: Costeiras

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação.

Objetivos Operacionais

Adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas.

Caracterização**Descrição**

A erosão costeira é um fenómeno amplamente reconhecido no litoral português, cujos principais impactes se traduzem na perda de território, na degradação das condições ambientais relacionadas com a fruição pública/uso balnear das praias, na perda de valores associados aos ecossistemas costeiros e na destruição ou danificação das infraestruturas de proteção/defesa costeira e do património construído na margem terrestre. Os impactes referidos afetam, e afetarão no futuro próximo, diferentes troços da faixa costeira, bem como as atividades e valores ambientais, económicos e sociais que lhes estão associados, de forma distinta e com intensidade variável, de acordo com as características de natureza física e socioeconómicas específicas de cada local.

É amplamente reconhecido que a adaptação pode reduzir significativamente a gravidade dos impactos nas zonas costeiras, da subida do nível médio global do mar e de outros fatores associados às alterações climáticas. A avaliação das opções de adaptação para um determinado país deve ter em atenção prioritariamente as condições específicas socioeconómicas, institucionais, políticas, legislativas e culturais desse país e deve basear-se no conhecimento científico das dinâmicas costeiras. A escolha das medidas de adaptação é, em última análise, um exercício sociopolítico e técnico que se deve apoiar na eficácia, sustentabilidade e custos das medidas.

O relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (GTL) (Despacho n.º 6574/2014, de 20 de maio, do Secretário de Estado do Ambiente) recomenda que sejam elaborados estudos de adaptação, incluindo estratégias combinadas de proteção, acomodação e realocação para a zona costeira,

Caracterização**Descrição (cont.)**

especialmente para as zonas críticas de maior risco, baseadas na modelação dos processos costeiros, e em análises de custo-benefício e análises multicritério. Para tal é urgente que se façam avaliações integradas das medidas de adaptação e dos custos associados a diferentes caminhos de adaptação, até horizontes temporais de médio e longo prazo.

O POC Ovar – Marinha Grande, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/2017, de 10 de agosto, refere como necessário que “A orla costeira entre Ovar e a Marinha Grande constitui um dos maiores desafios do litoral nacional em termos de gestão e minimização de riscos sobre pessoas e bens, atendendo à elevada vulnerabilidade à erosão costeira e ao avanço das águas do mar.” Assim, a expressão dos riscos costeiros impõe, a par de outras linhas de intervenção, que sejam assegurados os objetivos nacionais de mitigação de riscos na área de intervenção do POC-OMG. Neste contexto deve a Administração na sua atuação observar o seguinte:

“...Promover análises de custo-benefício e análises multicritério na adoção de eventuais novas intervenções «pesadas» de defesa costeira”.

“...Proceder à monitorização regular dos usos e atividades nas Faixas de Salvaguarda com o objetivo de suportar análises custo-benefício que permitam fundamentar futuras estratégias de adaptação, incluindo a realocização”.

“...Proceder à monitorização regular dos usos e atividades nas Faixas de Salvaguarda com o objetivo de suportar análises custo-benefício que permitam fundamentar futuras estratégias de adaptação, incluindo a realocização”.

O POC Alcobaça – Espichel, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril, refere ainda:

“Monitorizar regularmente os usos e ocupações nas áreas abrangidas por Faixas de Salvaguarda, os eventos climáticos extremos e os movimentos de vertente, bem como os custos resultantes de danos e destruições, com o objetivo de fazer uma gestão adaptativa pró-ativa dos aglomerados, que pondere o recuo planeado suportado em análises custo-benefício”.

A operação “Análise custo-benefício para definição de cenários de adaptação às alterações climáticas de troços costeiros em erosão (COBE)”, irá incidir nos troços que se estendem entre: Esmoriz - Torrão do Lameiro; Barra – Mira; Cova Gala – Leirosa; Costa de Caparica. Compreende a realização de 6 tarefas, culminado com a seleção das melhores opções de adaptação.

Podem resumir-se da seguinte forma as tarefas a realizar:

- T1 – Preparação de área de estudo base para modelação de cenários de evolução de linha de costa
- T1 – Descrição da área de intervenção;
- T2 – Definição dos cenários a modelar e projeção anual da linha de costa ao longo do horizonte temporal de análise (projeções a 20 anos);

Caracterização
Descrição (cont.)

- T3 – Levantamento dos valores associados ao território, para estimativa dos benefícios das diferentes soluções;
- T4 – Levantamento dos custos das intervenções de defesa costeira;
- T5 – Avaliação do desempenho dos cenários testados;
- T6 – Análise dos resultados e elaboração de relatório final.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

O projeto visa estabelecer um conjunto de ações que permita a adaptação aos cenários de alterações climáticas, custos associados a diferentes caminhos de adaptação, até horizontes temporais de médio e longo prazo.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira
Fases de implementação

As fases serão as seguintes:

- Troço Costeiro Ofir - Cedovém: 5% 1.º trimestre de 2022; 15% 1.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Esmoriz - Torrão do Lameiro: 5% 1.º trimestre de 2022; 15% 1.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Barra - Mira: 5% 1.º trimestre de 2022; 15% 1.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Cova Gala - Leirosa: 5% 2.º trimestre de 2022; 15% 2.º trimestre de 2023
- Troço Costeiro Costa da Caparica: 5% 2.º trimestre de 2022; 15% 2.º trimestre de 2023

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)	45 000 €	135 000 €				
Execução Física (em %)	25%	75%				

Programação física e financeira**Custo total da medida****Investimento (€):** 180 000,00

Valores não acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento**Fontes de financiamento**

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
POSEUR	85%	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida**Indicadores de monitorização**

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações**Condicionantes**

Não se aplica.

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %) de modo a formar 100% do valor total de investimento.

Identificação da Medida

Aquisição de programa informático de desenho assistido por computador com capacidade de modelação/criação de corredores em 3D

Código: PTNACPREP01

ARPSI: Todas

Tipologia: Preparação

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição

Aquisição de software com capacidade de modelação em 3D para apoio a estudos e projetos que permita a modelação de corredores na alteração de superfícies de terreno (canais, vias, aterros e outros) e permita configurar sistemas de cadastro enterrados (condutas, aquedutos, entre outros).

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira
Fases de implementação

-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X			

Custo total da medida
Investimento (€): 9 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento
Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
O.E.	100%	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida
Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações
Condicionantes

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Notas

Não se aplica.

Identificação da Medida

Atualização tecnológica da infraestrutura de suporte aos modelos de previsão hidrológica e hidráulica
Código: PTNACPREP02
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta.

Caracterização

Descrição
Atualização da infraestrutura de servidores da APA com a aquisição de um servidor de suporte à plataforma de modelação hidrológica e hidráulica, por forma a diminuir o tempo de execução dos modelos hidráulicos. A capacidade de processamento do servidor é determinante para a obtenção de resultados de previsão de inundações atempadamente.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação
-

Programação física e financeira

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X				
Custo total da medida						
Investimento (€): 4 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas comparticipação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

COSMO 2.0

Código: PTNACPREV03**ARPSI:** Costeiras**Tipologia:** Prevenção**Âmbito:** Nacional**Objetivos Estratégicos**

Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Divulgar informação e riscos associados, aos diferentes períodos de retorno, nas zonas críticas identificadas.

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização**Descrição**

A aquisição de dados de monitorização precisos e sistemáticos é essencial para uma tomada de decisão informada e atempada em matéria de gestão costeira. Os novos Programas da Orla Costeira em vigor, em fase de aprovação, ou ainda por realizar, dependem de dados históricos fidedignos e de informação atualizada sobre os processos e evolução costeira, de modo a melhor sustentar as respetivas opções de ordenamento, proteção e valorização.

A prestação de serviços da primeira edição do Programa COSMO foi iniciada em julho de 2018 e decorreu até julho de 2021, sendo absolutamente fundamental garantir a continuidade dos trabalhos de monitorização costeira após o término do presente contrato.

Uma eventual interrupção no processo de aquisição de dados de monitorização irá limitar a comparação dos indicadores de diagnóstico do estado da faixa costeira (e.g. áreas, volumes, posição da linha de costa), o que irá provocar lacunas no conhecimento e limitações no suporte à tomada de decisão. A inexistência de dados de monitorização fidedignos e atualizados conduzirá inevitavelmente a tomadas de decisão menos sustentadas ou erradas do ponto de vista técnico-científico, no domínio da gestão costeira (e.g. opções de ordenamento/planeamento, intervenções de proteção/defesa costeira, gestão de situações de risco), com os respetivos custos económicos, ambientais, sociais e políticos que daí advém. A inexistência de monitorização costeira levará, ainda, a um decréscimo significativo da resposta operacional pós-ocorrência da

Caracterização

APA, limitando ou impossibilitando a avaliação dos impactos decorrentes de eventos extremos (e.g. tempestades, movimentos de massa com dimensões atípicas) e respetiva avaliação e gestão do risco.

As componentes/ações do presente projeto serão as seguintes:

- T1 - Perfil total;
- T2 - Perfil emerso;
- T3 - Levantamento integral – Praias;
- T4 - Levantamento integral – Arribas;
- T5 - Levantamento Topo-Hidrográfico;
- T6 – Desenvolvimento de plataforma de Sistema de Informação Geográfica;
- Fiscalização do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

A monitorização contínua dos fenómenos de galgamento e dos seus impactos permite o seguimento de eventuais alterações dos mesmos, o que permite uma avaliação dos fenómenos de alterações climáticas.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

O escalonamento dos pagamentos em função da tipologia dos trabalhos será a seguinte:

- 1.º Trimestre: 8% T2; 25% T3; 50% T4; 30% T5
- 2.º Trimestre: 20% T1; 8% T2; 50% T6
- 3.º Trimestre: 8% T2
- 4.º Trimestre: 20% T1; 8% T2; 25% T3
- 5.º Trimestre: 8% T2; 30% T5
- 6.º Trimestre: 8% T2
- 7.º Trimestre: 20% T1; 8% T2

Programação física e financeira
Fases de implementação (cont.)

- 8.º Trimestre: 8% T2; 25% T3
- 9.º Trimestre: 8% T2; 40% T5
- 10.º Trimestre: 20% T1; 8% T2
- 11.º Trimestre: 8% T2
- 12.º Trimestre: 20% T1; 12% T2; 25% T3; 50% T4; 50% T6

A Fiscalização do Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental dividir-se-á pelos 12 trimestres.

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)	517 133 €	548 997 €	548 997 €	121 466 €		
Execução Física	X	X	X	X		

Custo total da medida

Investimento (€): 1 736 592 €

Valores não acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento
Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
Fundo Ambiental	100%	Ministério do Ambiente e da Transição Energética	-

Indicadores de acompanhamento da medida
Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações
Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %), ou, indicação do trimestre de início dos trabalhos.

Observações

Notas

Não se aplica.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Desenvolvimento sistema de alerta precoce de cheias em meio urbano, com integração de dados de radar

Código: PTNACPREP03

ARPSI: Todas

Tipologia: Preparação

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta.

Caracterização

Descrição

A previsão de cheias com recurso a modelos hidrológicos e hidráulicos adquire cada vez maior relevância, face ao aumento da frequência de eventos com precipitação muito intensa, num período de tempo curto. A modelação com integração das previsões meteorológicas permite a antecipação dos eventos cheias e uma melhor preparação para a salvaguarda de pessoas e bens. No caso das inundações em meio urbano o tempo para o aviso pode ser muito reduzido. Por vezes, resultam de precipitações muito intensas e localizadas, pelo que o recurso quer aos dados de previsões meteorológicas, quer aos dados de radar contribuem para conhecer a distribuição espacial da precipitação.

Esta medida visa a implementação de um caso piloto, com modelo de previsão hidrológica, tendo em conta aspetos como tempo de processamento, incerteza das previsões e simplificações necessárias para a obtenção de resultados fiáveis.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Os sistemas de alerta precoce são elementos-chave da adaptação às alterações climáticas e da redução do risco de catástrofes, visam evitar ou reduzir os danos causados pelas inundações.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
-------------------	--	-------------	---	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X	X		
Custo total da medida						
Investimento (€): 20 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas comparticipação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Elaboração de guia metodológico sobre modelação hidrológica e hidráulica de inundações
Código: PTNACPREP04
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição
Elaboração de guia metodológico sobre modelação hidrológica e hidráulica de inundações que abordará boas práticas em temas como: <ul style="list-style-type: none"> • Construção do MDT; • Construção modelos hidráulicos; • Modelos a utilizar 1D ou 2D; • Revisão dos resultados dos modelos hidráulicos; e • Resultados a apresentar.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação						
-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X			
Custo total da medida						
Investimento (€): 10 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Estudo sobre o impacto das alterações climáticas nas inundações
Código: PTNACPREV04
ARPSI: Todas
Tipologia: Prevenção
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos.

Caracterização

Descrição
O Estudo tem como objetivo principal a avaliação dos efeitos das alterações climáticas na ocorrência de eventos extremos e a sua frequência, nas ARPSI. Este estudo servirá de suporte ao desenvolvimento de medidas de adaptação que potenciem um território mais resiliente.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
O estudo permitirá avaliar o impacto das alterações nas ARPSI e integrar este conhecimento em ações de planeamento.
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação
-

Programação física e financeira

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X			
Custo total da medida						
Investimento (€): 75 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas comparticipação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Gestão sustentável dos solos - estudo sobre a impermeabilização dos solos e os seus efeitos nas inundações

Código: PTNACPREV05

ARPSI: Todas

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos.

Caracterização

Descrição

Os solos são o suporte de serviços ecossistémicos fundamentais, nomeadamente a filtragem de água, o sequestro de carbono e a conservação de espécies e habitats. Porém, o solo é diariamente afetado por uma séria de pressões, como a impermeabilização em resultado da expansão urbana entre outros usos, a fragmentação da paisagem, a diversidade das culturas reduzida, a erosão e os fenómenos meteorológicos extremos. Assim, numa perspetiva de preservar o recurso solo pretende-se desenvolver um estudo piloto ao nível de uma bacia hidrográfica com ARPSI. Este estudo permitirá a identificação das fragilidades existentes e o estabelecimento de uma estratégia que em função das características do solo contribuam para reduzir a vulnerabilidade do território às inundações.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X	X		

Custo total da medida

Investimento (€): 50 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Levantamento topográfico das ARPSI com sensor LiDAR
Código: PTNACPREP05
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição
A tecnologia LIDAR permite a medição e representação da superfície de forma rápida e ágil, os equipamentos atuais fornecem dados de alta precisão, em menos tempo, gerando maior produtividade. Os Dados topográficos com rigor elevado são essenciais para a modelação hidráulica, como se verificou na fase de elaboração da cartografia de inundação e de risco de inundação, as zonas onde existiam levantamentos LiDAR, com elevada resolução, a modelação hidráulica apresentava melhores resultados. São por isso necessários levantamentos topográficos com LiDAR, que incluam levantamento do leito do rio para melhorar os modelos de previsão.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimento (€): 500 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Planos de Sedimentos nas Bacias Hidrográficas do Minho, Douro e Tejo

Código: PTNACPREV06

ARPSI: Costeiras

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição

A operação em causa envolve trabalhos para avaliar a potencialidade das Bacias do Minho, Douro e Tejo em contribuir novamente para o equilíbrio costeiro de forma sustentável com propostas de soluções para as três bacias, incluindo campanhas de caracterização de sedimentos, implementação de um modelo matemático de escoamentos no Douro e serviços de batimetria para monitorizar o ciclo sedimentar que interessa para o equilíbrio costeiro.

As tipologias dos trabalhos a desenvolver no presente estudo são as seguintes:

- Recolha de Dados e Caracterização
- Caracterização geomorfológica e hidromorfológica das bacias
 - > Geomorfologia da bacia e produção de sedimentos
 - > Caudais líquidos, caudais sólidos, secções hidráulicas
 - > Caracterização dos estrangulamentos ao caudal sólido
- Proposta de Zonas Homogéneas de Estrangulamento Sedimentar (ZHES) no Douro
- Transporte artificial de sedimentos
 - > Transporte fluvial
 - > Transporte à base da rede de emissários
 - > Ideias inovadoras e incentivos à inovação
- Gestão de barragens, açudes e outros estrangulamentos
- Usos e atividades
 - > Usos do solo em zonas adjacentes

Caracterização

Descrição (cont.)

- > Praias fluviais
 - > Extração de sedimentos
 - > Dados genéricos do sector de extração e do mercado da construção civil
 - Avaliação de sedimentos para apoiar estratégias de adaptação costeira
 - Outros dados a considerar
- Trabalhos de Campo
- Campanhas para identificação de afloramentos ou materiais com grande potencial de utilização para a deriva sedimentar costeira
 - Campanhas de caracterização de sedimentos do leito das águas
 - Campanhas topo-batimétricas e aquisição de equipamentos de apoio
- Modelação Matemática
- Modelação hidrológica e hidráulica
 - Modelo com as tendências da linha de costa
- Produtos finais e análises comparativas:
- Produtividade potencial de sedimentos
 - Capacidade de transporte de sedimentos
 - Classificação de troços pela capacidade de transporte
 - Propostas de sistemas de monitorização do caudal sólido
 - Soluções de transporte artificial
 - Soluções alternativas e inovadoras
 - Avaliação de sedimentos necessários para apoiar estratégias de adaptação costeira
 - Análises comparativas quanto à origem dos sedimentos
 - Alguns dados de referência
 - Contributos para o Modelo de Gestão a definir nos Planos de Sedimentos
- A operação que se pretende desenvolver visa responder a duas questões centrais face ao défice sedimentar instalado o qual contribui fortemente para a erosão costeira e essencial para a implementação de estratégias de adaptação costeira:
- 1) Avaliar o potencial das bacias hidrográficas para voltarem a fornecer sedimentos ao litoral;
 - 2) Avaliar os custos e os benefícios associados ao aproveitamento do referido potencial e compará-los com os custos e benefícios inerentes à utilização de sedimentos provenientes de outras fontes, nomeadamente da plataforma continental.

Localização

Não se aplica.

Caracterização
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira
Fases de implementação

Fases T1 a T4 - 24 meses

T1 - Recolha de Dados e Caracterização

T2 - Trabalhos de Campo (inclui aquisição de equipamento)

T3 - Modelação Matemática

T4 - Produtos e Análises Comparativas

T5 - Elaboração dos Planos - 12 meses

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)	121 951 €	300 813 €	390 244 €	284 553 €	203 252 €	
Execução Física	X	X	X	X	X	

Custo total da medida

Investimento (€): 1 300 813,00

Valores não acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento
Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida**Indicadores de monitorização**

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações**Condicionantes**

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, programação física e execução física anual (em %).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas compartipação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Plataforma para troca de dados nas bacias internacionais
Código: PTNACPREP06
ARPSI: Todas
Tipologia: Preparação
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.
Objetivos Operacionais
Reforçar a cooperação nas bacias internacionais e assegurar o envolvimento das instituições.

Caracterização

Descrição
<p>A gestão de recursos hídricos nas bacias partilhadas, nomeadamente em situações extremas, passa pela troca da informação disponível nos dois países, preferencialmente em tempo real, de forma a permitir uma atuação atempada e dirigida à problemática em causa.</p> <p>Assim, o acesso aos dados em tempo-real implica a definição de um sistema de troca de dados dedicado, garantindo o apoio à tomada de decisão em situações de cheias, de secas e de degradação da qualidade da água nos troços internacionais. Pretende-se desta forma implementar, através da atualização do sistema atual, uma plataforma comum que minimize esforços de desenvolvimento e adaptação para ambos os países. O sistema integrará dados de estações automáticas meteorológicas, hidrométricas e de qualidade da água com teletransmissão, exploradas pela APA e pelas quatro Confederações Hidrográficas das bacias partilhadas.</p>
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Não se aplica
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física	X	X				

Custo total da medida

Investimento (€): 10 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Proposta legislativa para enquadrar seguros em áreas de risco de inundação
Código: PTNACPROT01
ARPSI: Todas
Tipologia: Proteção
Âmbito: Nacional
Objetivos Estratégicos
Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos.
Objetivos Operacionais
Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo.

Caracterização

Descrição
Desenvolvimento de proposta legislativa que contemple mecanismos de suporte aos prejuízos económicos resultantes das inundações, integrando este risco. Apresentar mecanismos que sejam dissuasores de ocupação de áreas inundáveis de perigosidade elevada. Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo.
Localização
Não se aplica.
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
-
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA
Não se aplica

Prioridade da medida

Muito alta		Alta	X	Média		Moderada		Baixa	
------------	--	------	---	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação
-

Programação física e financeira

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimento (€): 50 000,00						
Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes
Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).
Notas
O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Recolha, caracterização e disponibilização de dados e informação sobre inundações

Código: PTNACREAP02

ARPSI: Todas

Tipologia: Recuperação e Aprendizagem

Âmbito: Nacional

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação.

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados.

Caracterização

Descrição

A recolha de dados de forma sistemática e o mais rigorosa possível, aquando da ocorrência de eventos de inundações quer históricas, quer presentes, que considere os danos e prejuízos na saúde, ambiente, património e atividades económicas é essencial para a criação de uma base de dados que servirá de suporte a uma análise custo – benefício e ao estabelecimento do programa de medidas mais adequado à realidade do território.

Esta recolha deve contemplar:

- Localização da ocorrência;
- Data do evento (início e fim);
- Levantamento dos prejuízos nas diferentes áreas afetadas;
- Altura de água atingida e sua representação se possível; e
- Levantamento fotográfico.

Localização

Não se aplica.

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

-

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

-

Prioridade da medida

Muito alta		Alta		Média	X	Moderada		Baixa	
------------	--	------	--	-------	---	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação

-						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimento (€)						
Execução Física		X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimento (€): 150 000,00

Valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-	-	APA	-

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
-	-	APA	Relatórios intermédio e final

Observações

Condicionantes

Medida condicionada à apresentação de mais informação complementar, nomeadamente, caracterização, execução física anual (em %) e execução financeira anual (€).

Notas

O proponente deverá indicar a(s) fonte(s) de financiamento e a(s) respetivas participação(ões) prevista(s) (em %).

Identificação da Medida

Incorporação do Plano Geral do Risco de Inundação (PGRI) no Plano Diretor Municipal (PDM) e Plano Municipal Emergência (PME)

Código: PTRH7PREV01

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação

Objetivos Operacionais

Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos

Caracterização

Descrição:

Atualmente está em concretização o processo de revisão do PDM, e respetivo Mapa de Risco. A empresa RTGeo - Planeamento e Ordenamento do Território, que está a elaborar o Plano, deverá ter em consideração os dados do PGRI por forma a serem acauteladas a salvaguarda de pessoas e bens, bem como valores naturais e patrimoniais, e paralelamente o crescimento sócio-económico de todo o concelho.

O Plano Municipal de Emergência está atualmente em fase final de conclusão, considera-se portanto fundamental a integração dos dados do PGRI neste documento, de forma a constarem no Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Operacionalidade do Plano.

Localização

Não aplicável

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Dado que uma das consequências das alterações climáticas é uma maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos, e que o concelho de Vila Real de Santo António encontra-se sujeito a esses mesmos fenómenos, considera-se que as ações acima elencadas integram medidas de mitigação para esses mesmos impactos.

Compatibilidade com os objetivos da Diretiva-Quadro da Água

--

Prioridade da medida

Muita Alta		Alta		Média		Moderada	X	Baixa	
-------------------	--	-------------	--	--------------	--	-----------------	----------	--------------	--

Programação física e financeira
Fases de implementação:

2021-2022

Calendário de execução	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Financeira Investimentos (€)	80 000,00	40 000,00				
Execução Física (%)	70%	30%				

Custo total da medida

Investimentos (€): 120 000,00

Financiamento
Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-------	---------------------	----------------------	----------------------

--	--	--	--

Indicadores de acompanhamento da medida**Indicadores de monitorização**

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações**Condicionantes**

--

Notas

Confirmar se o valor de investimento inclui o IVA e solicitar a indicação das entidades responsáveis pelos financiamentos
Melhorar a descrição da medida

Identificação da Medida

Plano de ação estratégico e medidas de mitigação do risco de inundação
Código: PTRH7PREV01
ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01
Tipologia: Prevenção
Âmbito: Específica
Objetivos Estratégicos
Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos
Objetivos Operacionais
Divulgar informação e riscos associados a diferentes períodos de retorno, nas zonas críticas identificadas

Caracterização

Descrição:
Com a caracterização deste plano pretende-se dispor de uma ferramenta que determine face às situações identificadas quais as ações que deverão ser implementadas, priorizando a sua ordem de importância, numa perspetiva de serem acauteladas a salvaguarda de pessoas e bens, valores naturais e patrimoniais, e paralelamente o crescimento sócio-económico de todo o concelho.
Localização
A apresentar posteriormente
De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas
Dado que uma das consequências das alterações climáticas é uma maior frequência de fenómenos meteorológicos extremo, e que o concelho de Vila Real de Santo António encontra-se sujeita a esses fenómeno, considera-se que a elaboração do plano em causa estará a integrar medidas de mitigação para esses mesmos impactos.
Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muita Alta		Alta		Média	X	Moderada		Baixa	
-------------------	--	-------------	--	--------------	----------	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

2023-2024

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)		6 000 €	14 000€			
Execução Física (%)		30 %	70 %			

Custo total da medida

Investimentos (€): 20 000,00

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicado	Entidade responsável	Periodicidade
----------------	-----------------	-----------------------------	----------------------

			Relatório intermédio e relatório final
--	--	--	--

Observações
Condicionantes
Notas
Confirmar se o valor de investimento inclui o IVA e solicitar a indicação das entidades responsáveis pelos financiamentos Melhorar a descrição da medida

PROJETO PGG

Identificação da Medida

Reavaliação dos Projetos de implementação de Sistemas Elevatórios de Águas Pluviais para a cidade de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREV02

ARPSI: Via Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Prevenção

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação

Objetivos Operacionais

Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos

Caracterização

Descrição:

A Moderada capacidade dos sistemas de drenagem e dos meios de descarga traduz-se em frequentes situações de inundação em alguns pontos do concelho.

No sentido de minorar a probabilidade de ocorrência de inundações na Cidade de Vila Real de Santo

António e permitir a eventual valorização futura das águas pluviais recolhidas, foram elaborados em 2010 diversos projetos nesse sentido.

Dado o tempo decorrido, considera-se de todo necessário a reavaliação desses mesmos projetos por forma a verificar-se a sua aplicabilidade e viabilidade, quer em termos de soluções propostas quer em termos económico-financeiros.

Projetos a reavaliar:

- Sistema Elevatório de Águas Residuais Pluviais da zona Central de VRSA
- Sistema Elevatório de Águas Residuais Pluviais da zona Norte de VRSA
- Requalificação Urbana _ Avenida Ministro Duarte Pacheco – Sul
- Requalificação Urbana _ Avenida Ministro Duarte Pacheco – Norte

Localização

Não aplicável

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Na medida em que uma das consequências das alterações climáticas é o aumento da frequência de fenómenos meteorológicos extremos, como é o caso e que a revisão destes projetos, com vista à sua eventual execução, será uma mais-valia na resposta a esses mesmos fenómenos.

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Prioridade da medida									
Muito Alta		Alta		Média		Moderada	X	Baixa	

Programação física e financeira						
Fases de implementação:						
Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)		6 300	14 600			
Execução Física (%)		30 %	70 %			
Custo total da medida						
Investimentos (€): 20 900,00						

Financiamento			
Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas

--	--	--	--

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Condicionantes

--

Notas

Confirmar se o valor de investimento inclui o IVA e solicitar a indicação das entidades responsáveis pelos financiamentos
Melhorar a descrição da medida

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Centro Infantil A Cegonha

Código: PTRH7PREP13**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

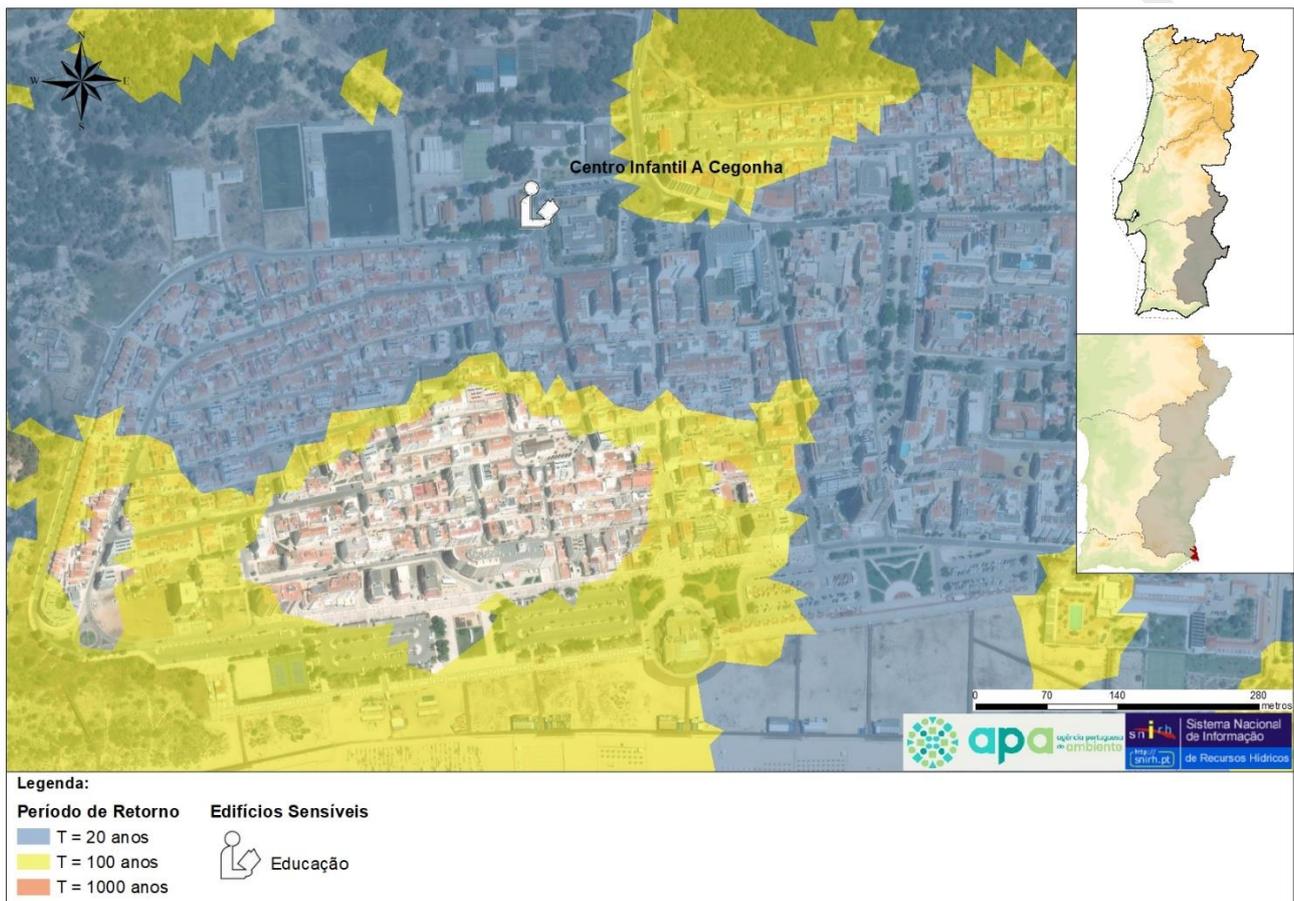
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	----------	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) das Águas do Algarve

Etar de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP07**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP09

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

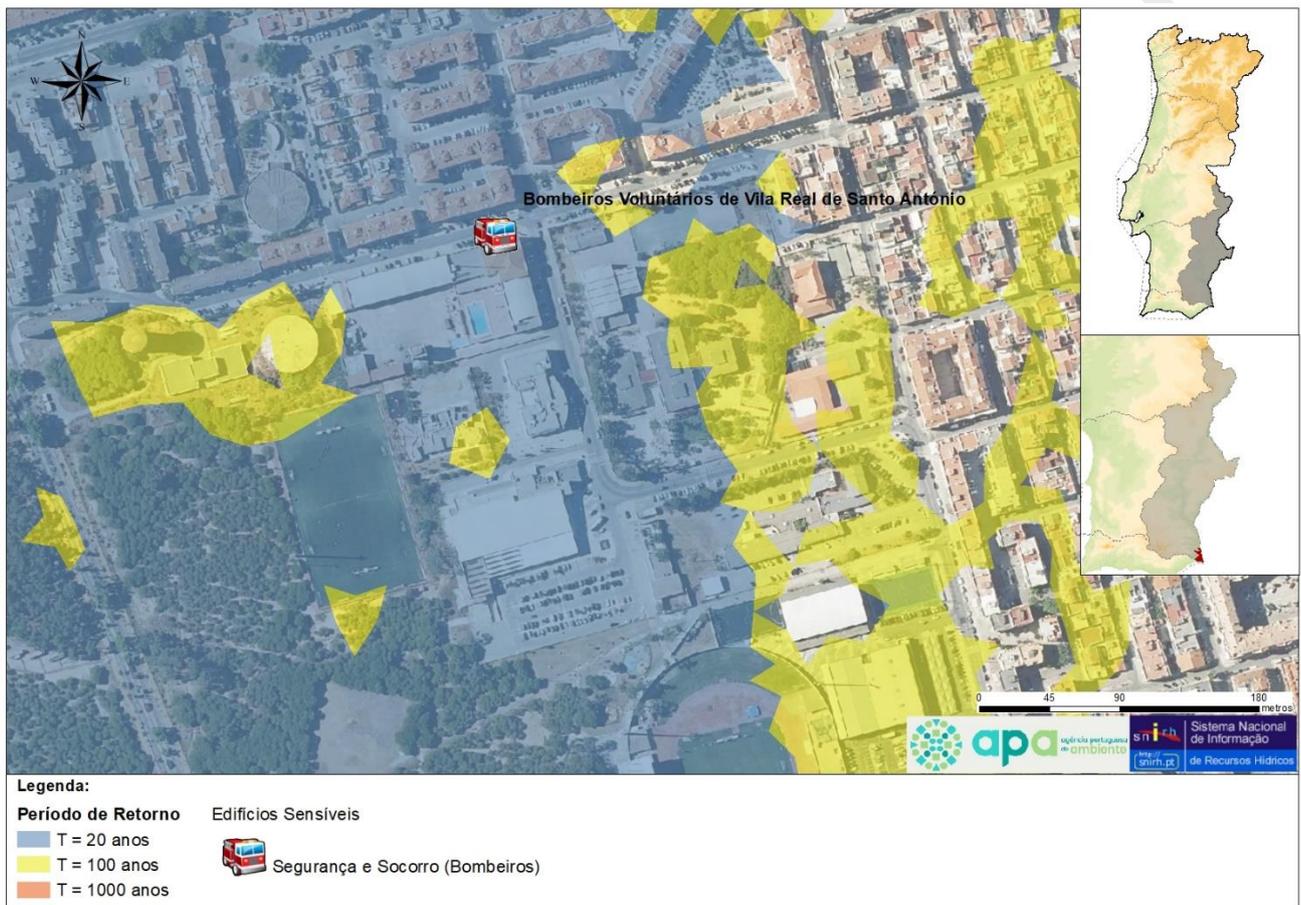
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da BP (EN 125)

Código: PTRH7PREP01

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

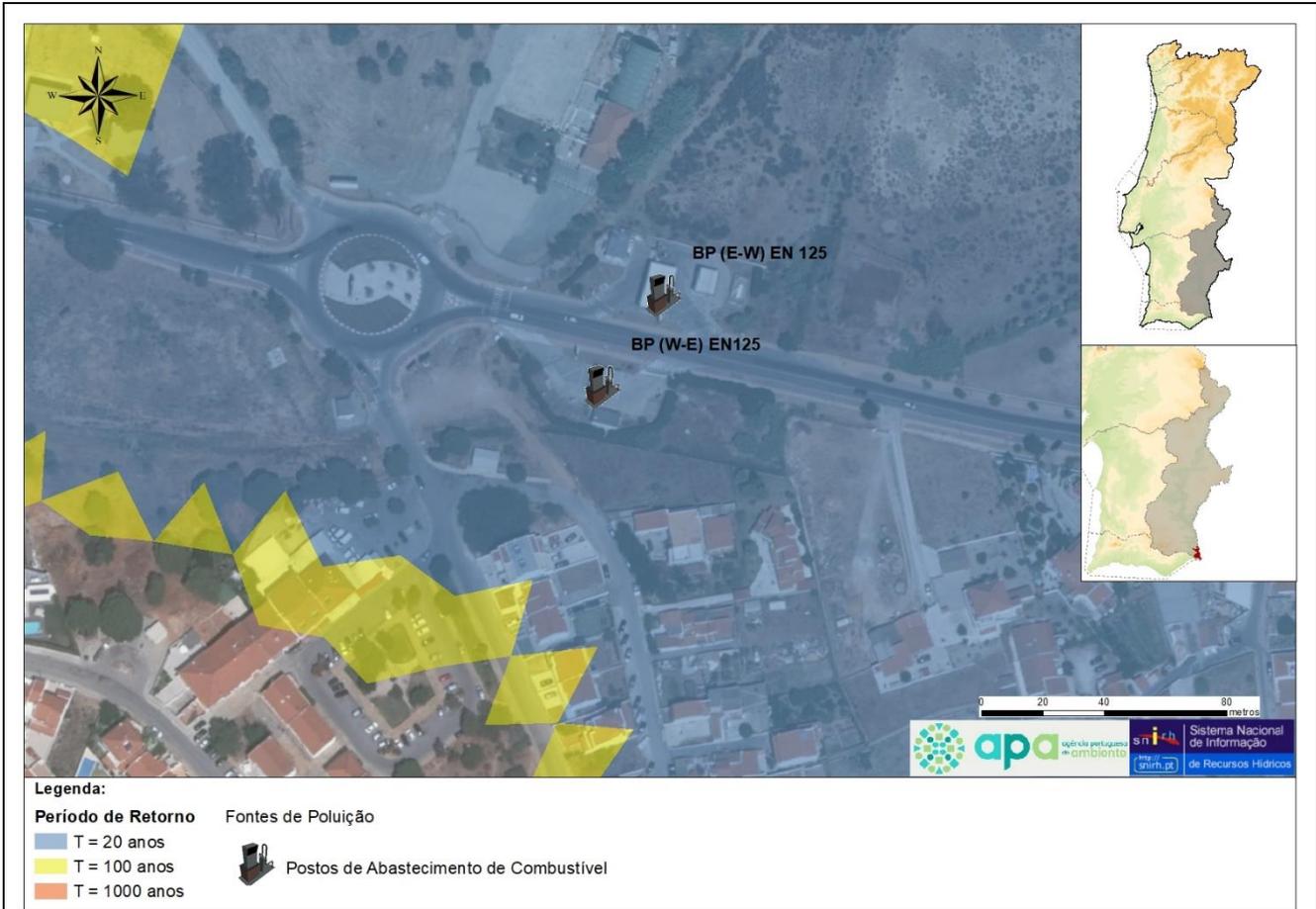
Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento
Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida
Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações
Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP11

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Cepsa (Estrada da Mata)

Código: PTRH7PREP03

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

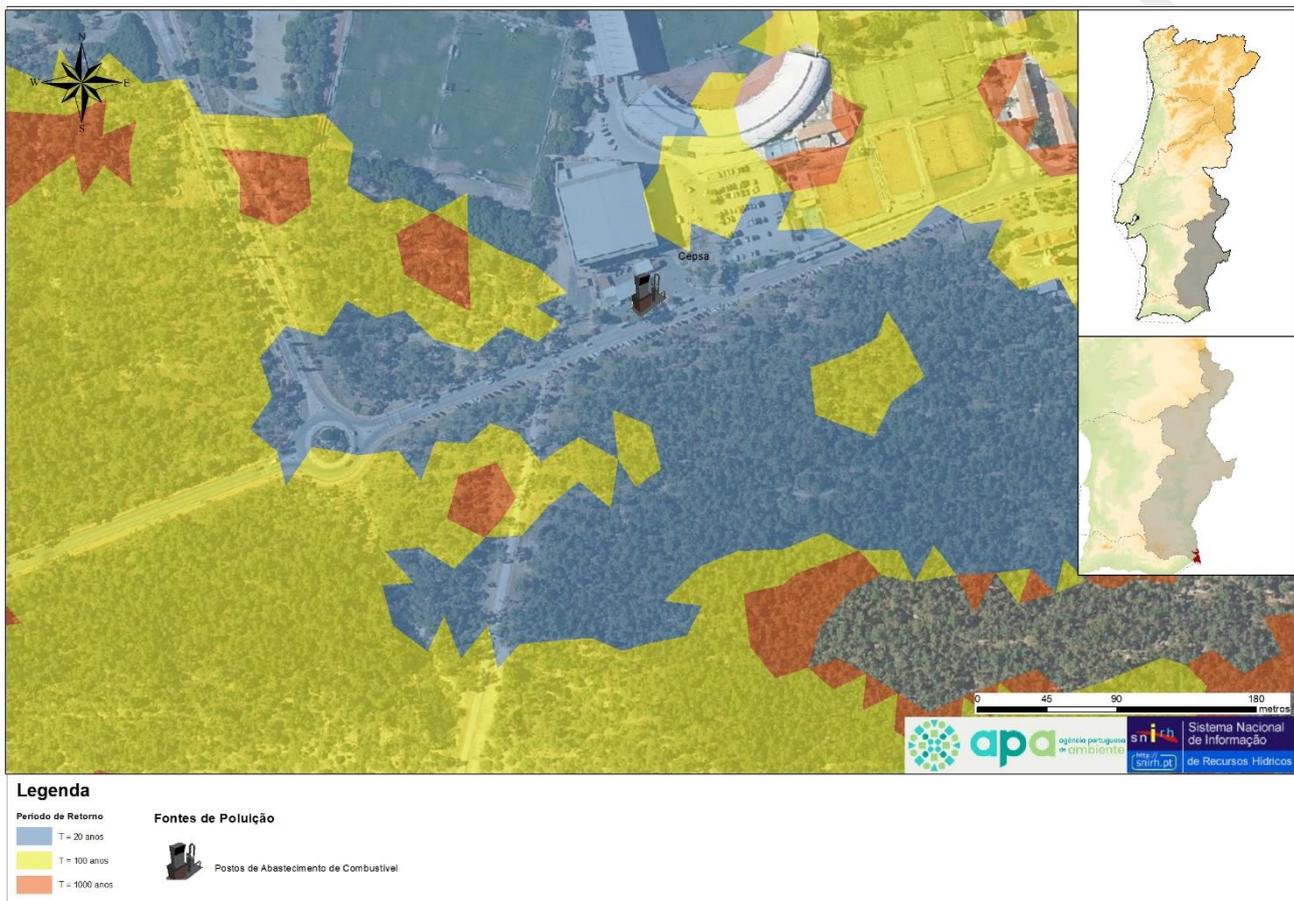
No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP10**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Centro de Saúde de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP12

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda:

Período de Retorno	Edifícios Sensíveis
■ T = 20 anos	⊕ Saúde
■ T = 100 anos	
■ T = 1000 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

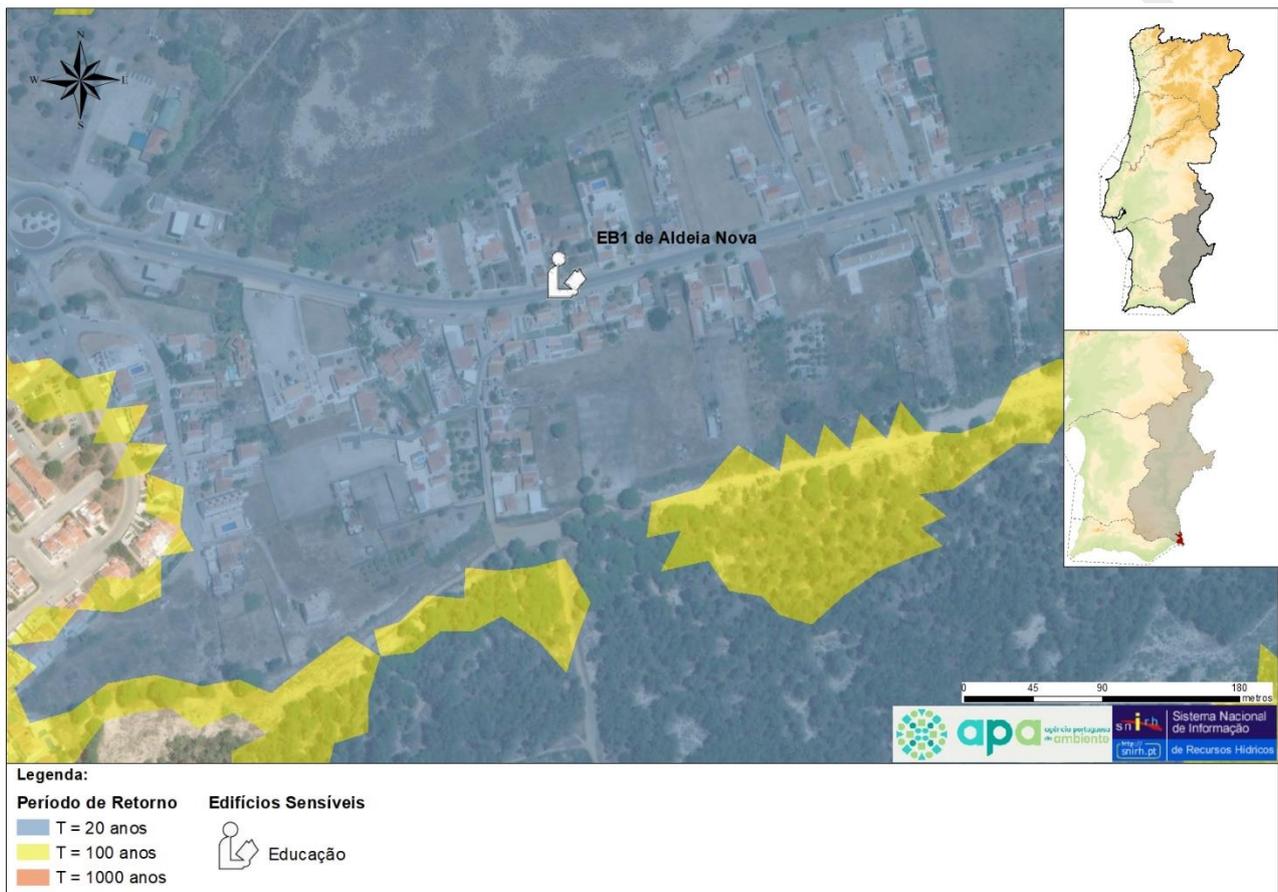
Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Aldeia Nova
Código: PTRH7PREP14
ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01
Tipologia: Preparação
Âmbito: Específica
Objetivos Estratégicos
Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação
Objetivos Operacionais
Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:
<p>O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.</p> <p>No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.</p> <p>A medida tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Realizar um diagnóstico de necessidades;- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;

- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	---	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Castro Marim

Código: PTRH7PREP15**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda:

Período de Retorno
 T = 20 anos
 T = 100 anos
 T = 1000 anos

Edifícios Sensíveis
 Educação

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Hortas

Código: PTRH7PREP16

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

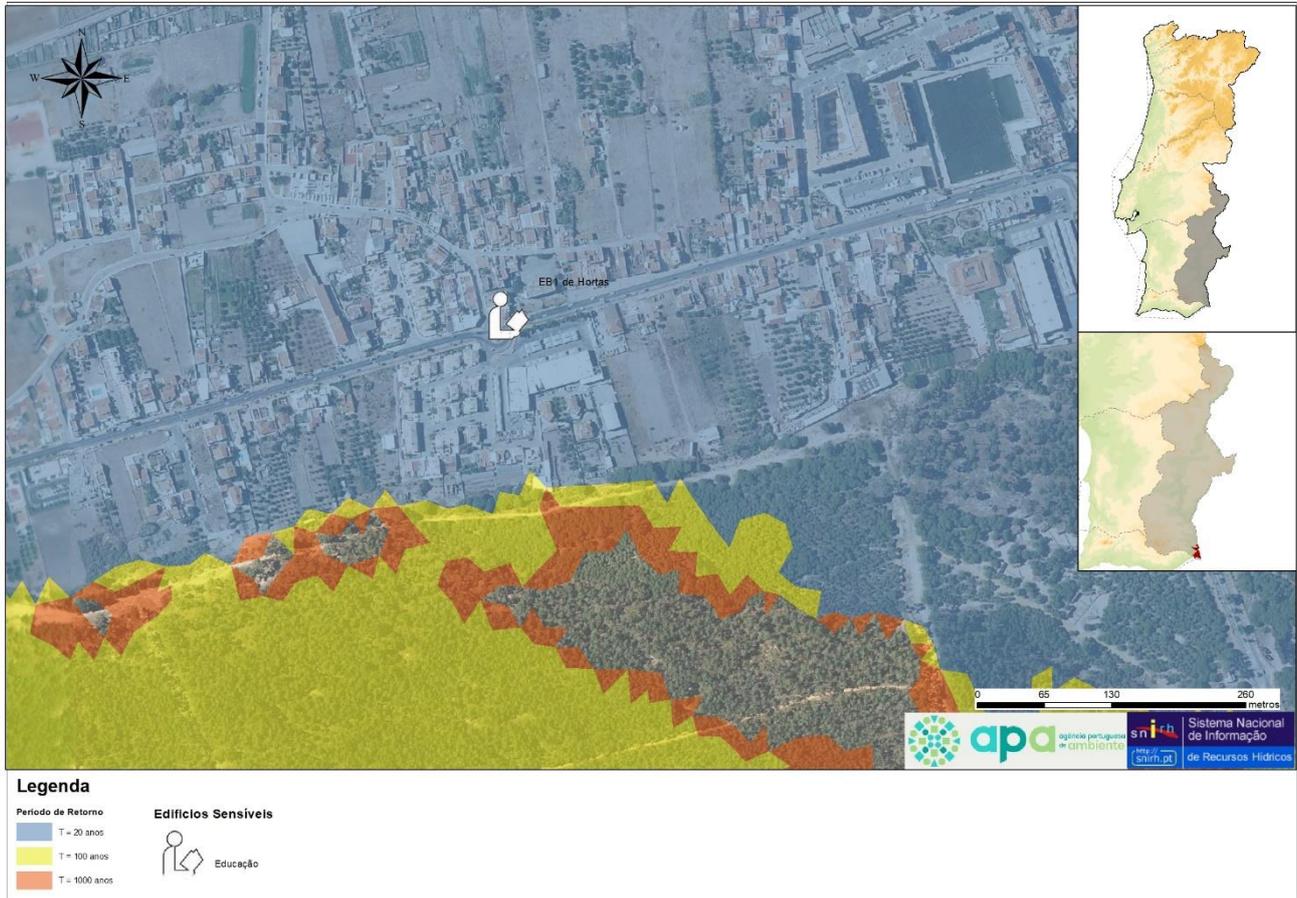
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 de Monte Gordo

Código: PTRH7PREP17

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda:

Período de Retorno	Edifícios Sensíveis
 T = 20 anos	 Educação
 T = 100 anos	
 T = 1000 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	----------	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB1 nº 2 de Santo António

Código: PTRH7PREP18**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 de Castro Marim

Código: PTRH7PREP19

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

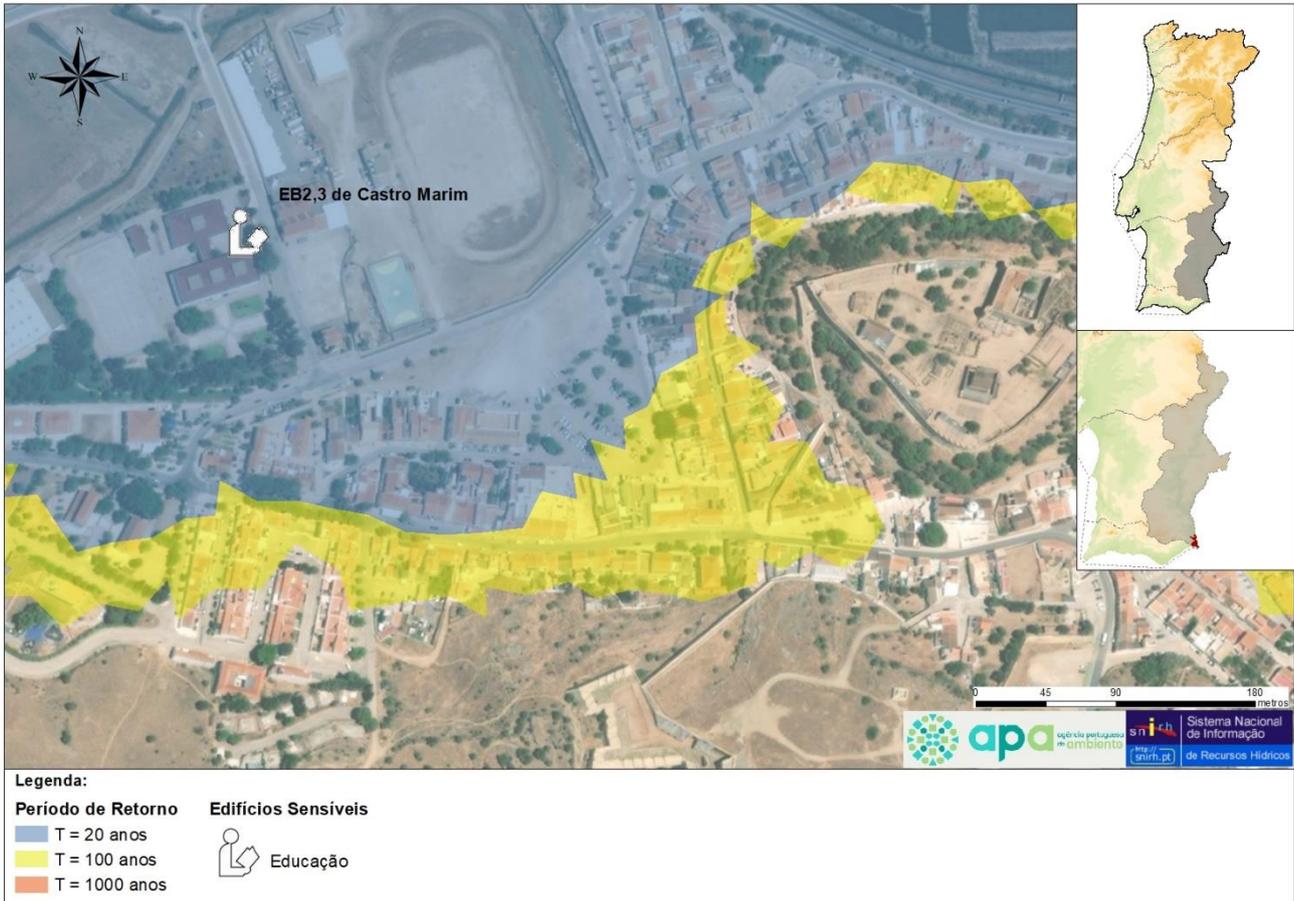
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 Dom José I

Código: PTRH7PREP21

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
-------------------	----------	-------------	--	--------------	--	-----------------	--	--------------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da EB2,3 de Monte Gordo

Código: PTRH7PREP20**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

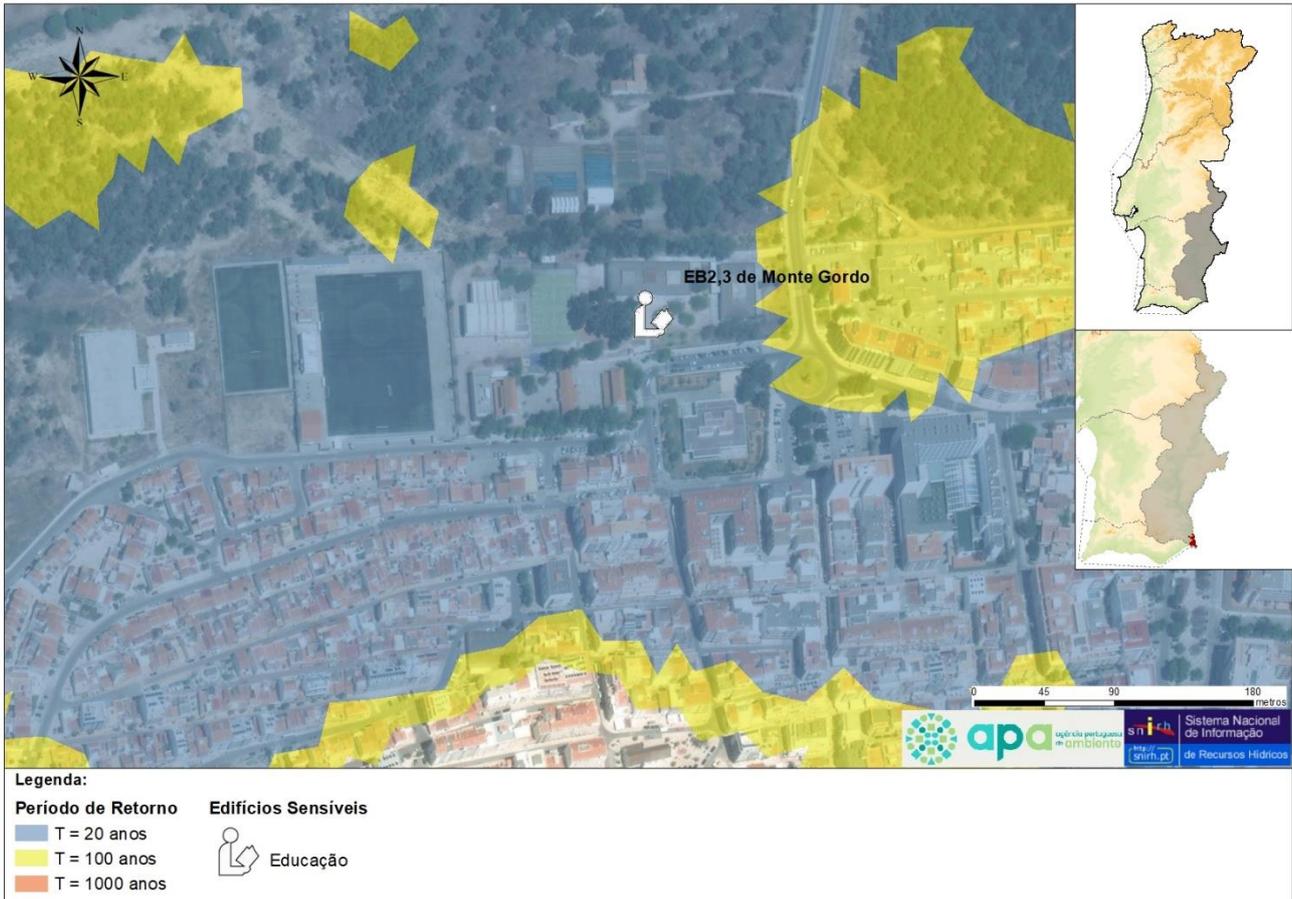
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) a Escola Secundária de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP22

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

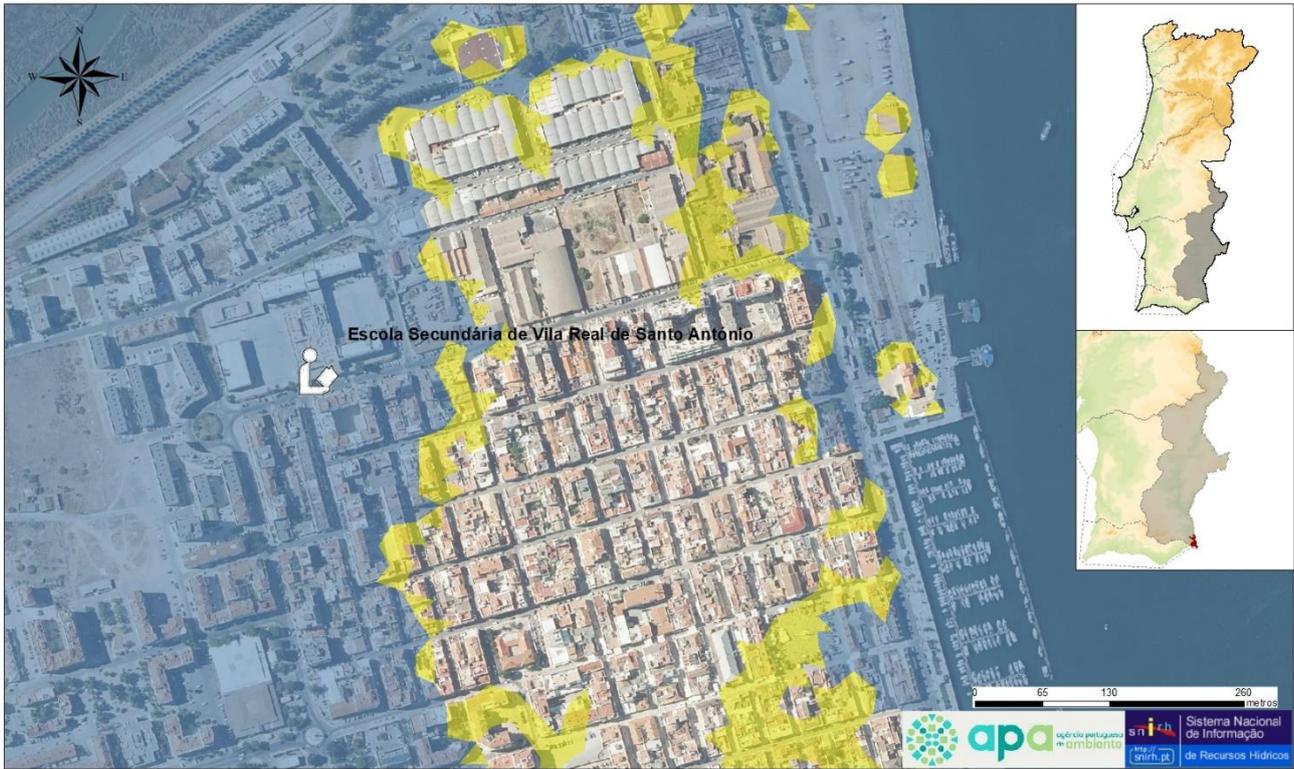
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda:

Período de Retorno	Edifícios Sensíveis
T = 20 anos	 Educação
T = 100 anos	
T = 1000 anos	

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Galp (Avenida dos Bombeiros Portugueses)

Código: PTRH7PREP04

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência.

Caracterização

Descrição:

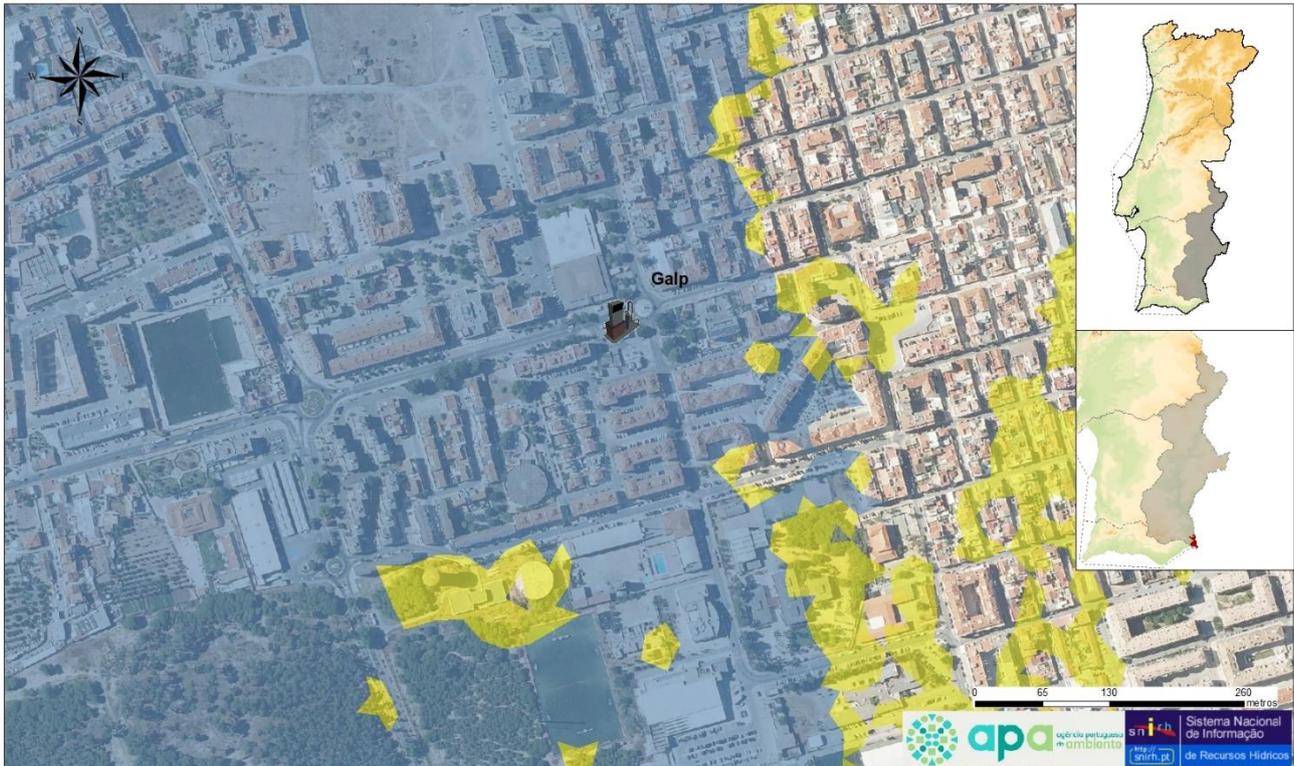
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda:

- | | |
|---|--|
| Período de Retorno | Fontes de Poluição |
|  T = 20 anos |  Postos de Abastecimento de Combustível |
|  T = 100 anos | |
|  T = 1000 anos | |

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da GNR - Posto Territorial de Castro Marim

Código: PTRH7PREP23

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de Freguesia de Castro Marim

Código: PTRH7PREP26**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

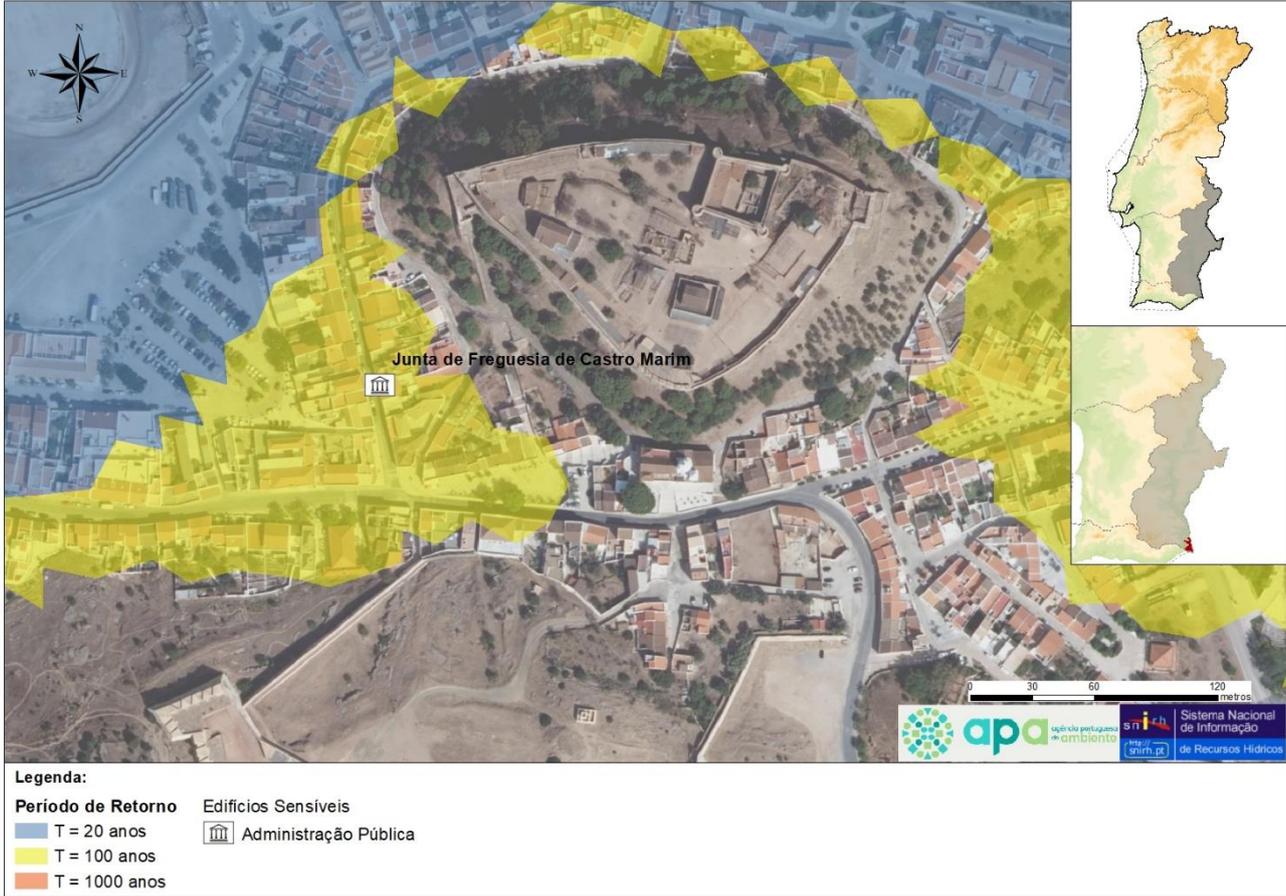
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Junta de Freguesia de Monte Gordo

Código: PTRH7PREP27

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

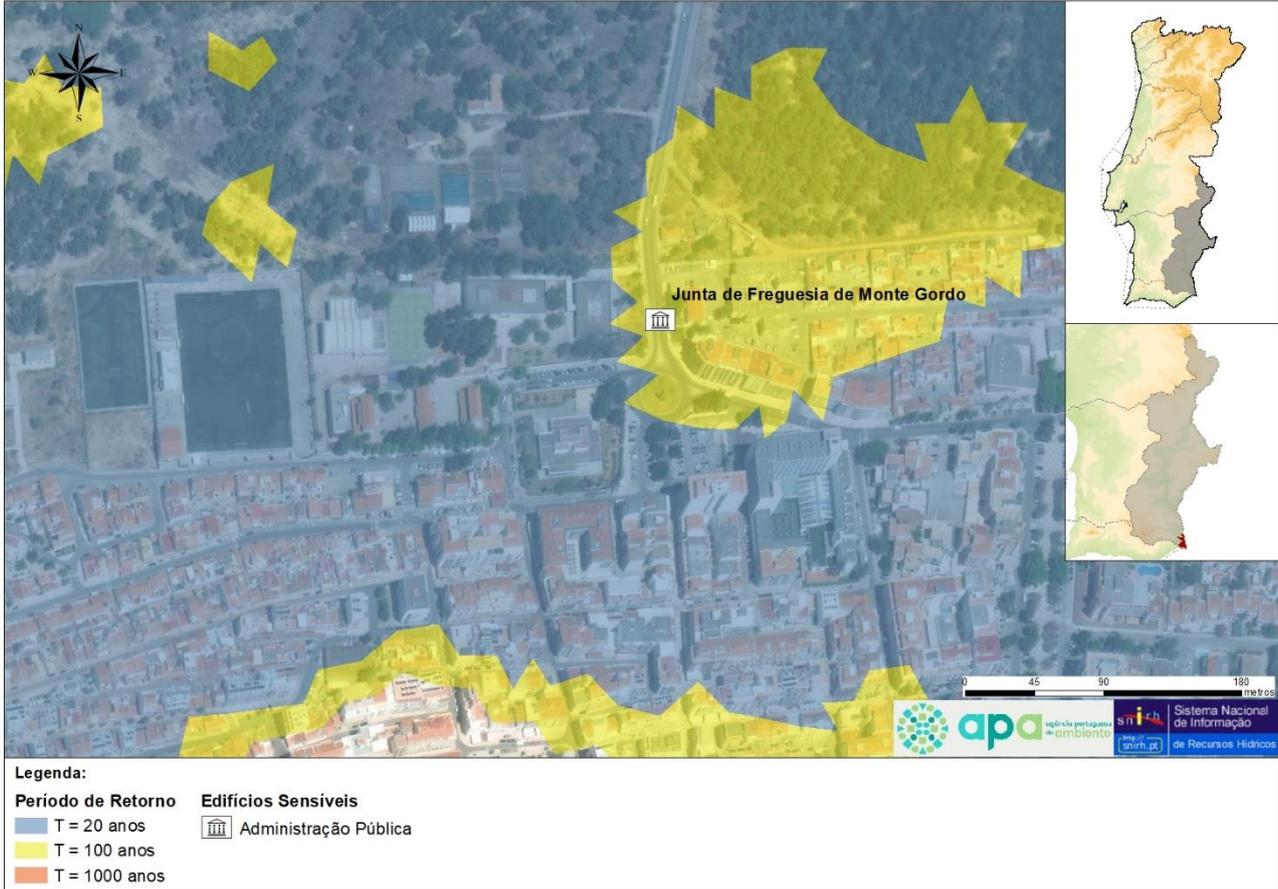
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim de Infância de Castro Marim

Código: PTRH7PREP25

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) do Jardim de Infância da Misericórdia de Vila Real de Santo António

Código: PTRH7PREP24

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) de Os Mosqueteiros (Rua Doutor José de Campos Coroa)

Código: PTRH7PREP06

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



Legenda:

Período de Retorno
 T = 20 anos
 T = 100 anos
 T = 1000 anos

Fontes de Poluição
 Postos de Abastecimento de Combustível

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Repsol (EN125)

Código: PTRH7PREP02**ARPSI:** Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01**Tipologia:** Preparação**Âmbito:** Específica**Objetivos Estratégicos**

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização**Descrição:**

O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X

Custo total da medida

Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

PROJETO PGRI

Identificação da Medida

Plano de Emergência Interna (PEI) da Repsol (Avenida da República)

Código: PTRH7PREP05

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação

Objetivos Operacionais

Implementação de sistemas de aviso e definição de planos de emergência

Caracterização

Descrição:

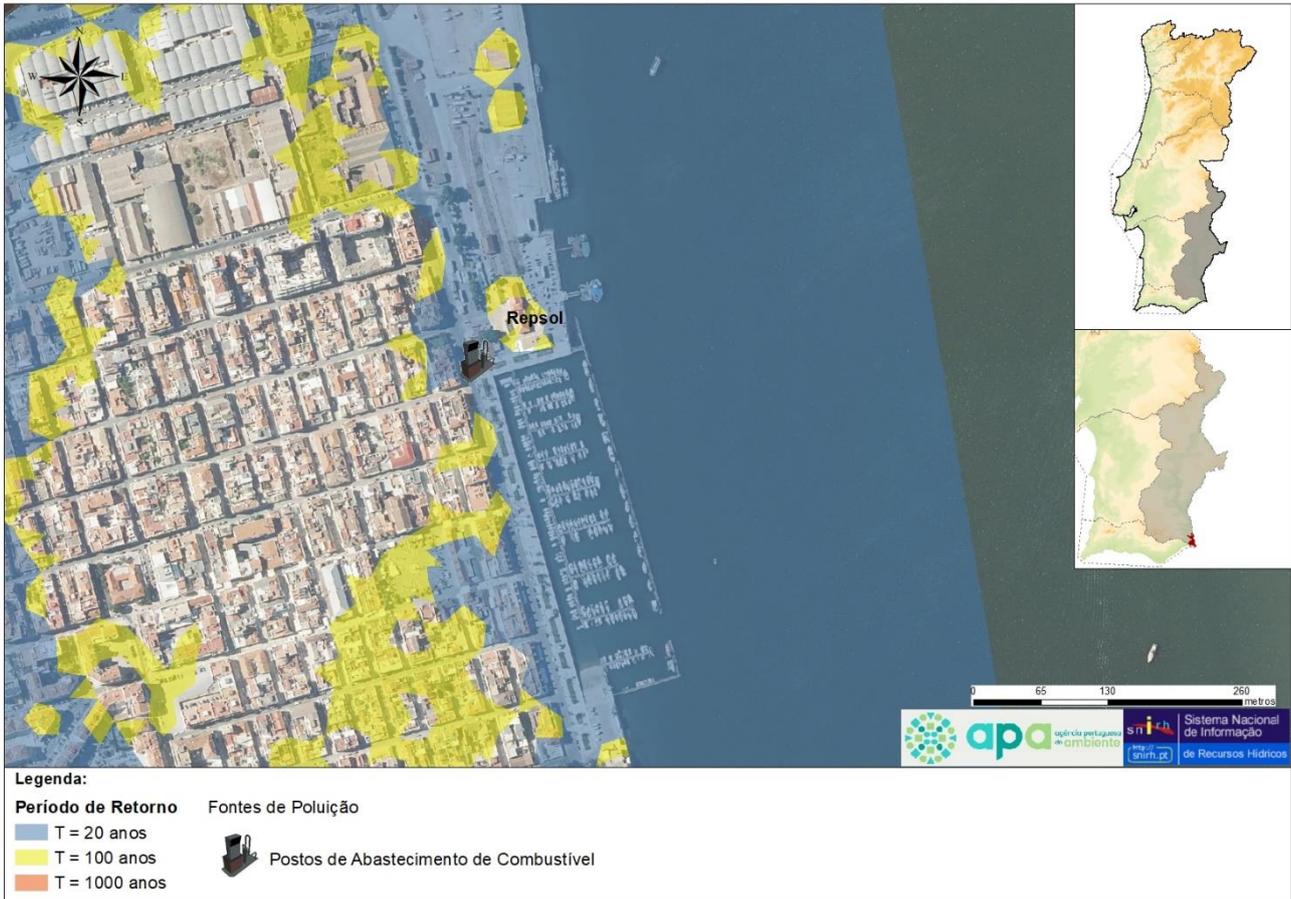
O Plano de Emergência Interno (PEI) constitui um instrumento que permite garantir que em caso de inundação os meios necessários para uma resposta rápida estão disponíveis e consequentemente assegurada a salvaguarda de pessoas e bens. Com o intuito de facilitar a construção gradual e efetiva de resiliência ao risco de inundação promovendo uma maior consciencialização do risco e participação, desde os utilizadores dos vários equipamentos às populações inseridas em áreas inundáveis, propõem ações direcionadas aos elementos expostos identificados. Estas ações passam pela incorporação do risco de inundação naquilo que já são os seus documentos de segurança, emergência e autoproteção, ou na ausência destes documentos a sua promoção, potenciando o alargamento e uma dinâmica activa em cultura de segurança.

No PGRI é proposta uma metodologia de apoio à elaboração e/ou adaptação do PEI, cujo conteúdo deverá incluir a descrição das instruções de prevenção e auto proteção, modo de organização, responsabilidades e os meios e recursos indispensáveis na preparação, prevenção e intervenção interna em caso de ocorrência até à chegada dos meios de socorro.

A medida tem como objetivos:

- Realizar um diagnóstico de necessidades;
- Envolver os vários intervenientes no conhecimento do risco das inundações;
- Identificar as medidas de prevenção imaterial e/ou estrutural e a resposta interna na iminência ou ocorrência inundações;
- Melhorar a preparação face à ocorrência de risco de inundações, através da aproximação e familiarização dos meios de monitorização alerta e aviso e também o planeamento da emergência.

Localização



De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não se aplica

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não se aplica

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)	X	X	X	X	X	X
Custo total da medida						
Investimentos (€): 3 500,00 (sem IVA)						

Financiamento

Fontes de financiamento			
Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
		Entidade gestora	APA/ANEPC

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização			
Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas
O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

Identificação da Medida

Reforço de estações hidrométricas e meteorológicas com teletransmissão (SVARH)

Código: PTRH7PREP28

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

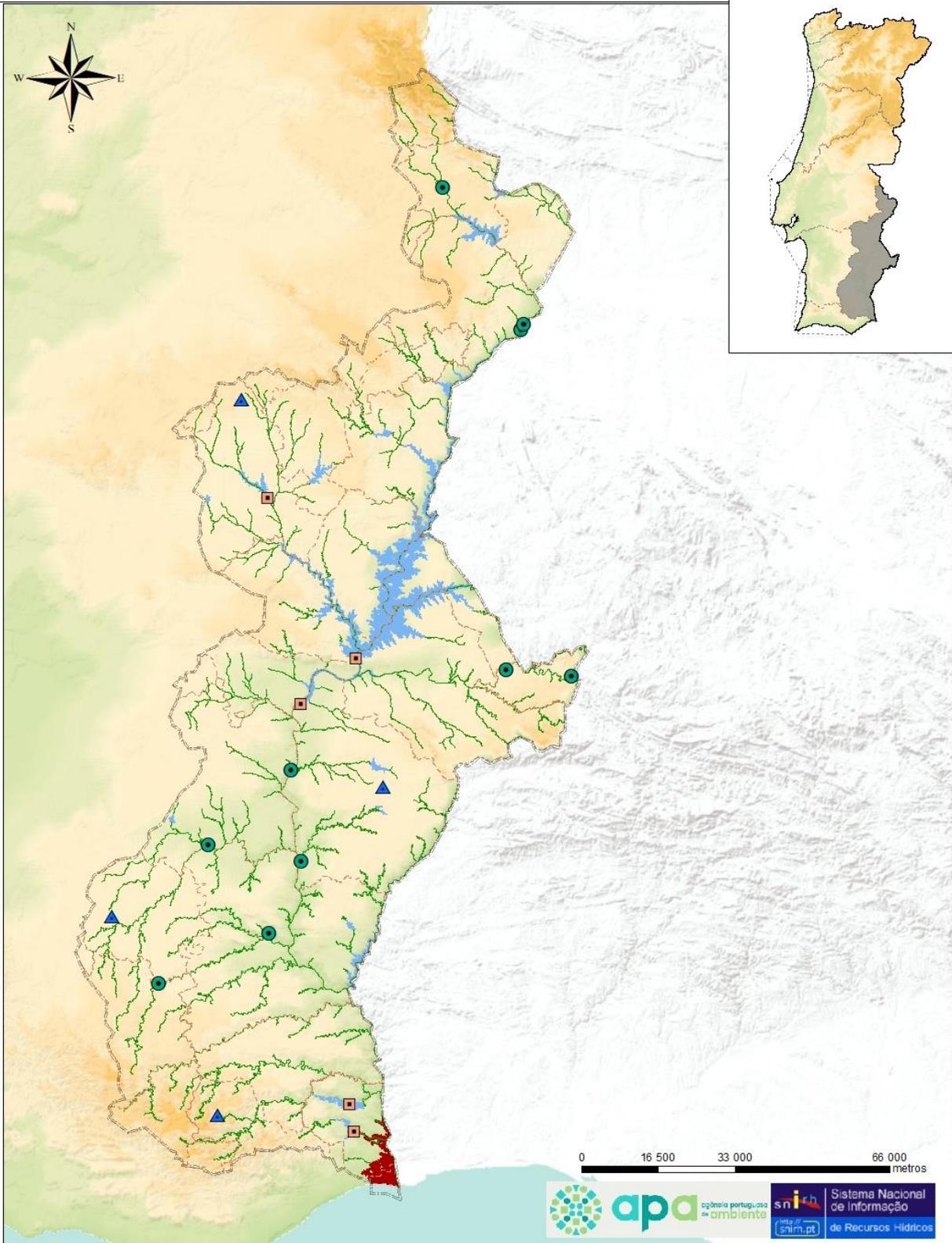
Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação

Objetivos Operacionais

Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta.

Caracterização**Descrição:****Localização**



Legenda:

- Estações Albufeiras SVARH
- Estações Hidrométricas SVARH
- Estações Meteorológicas SVARH
- Região Hidrográfica 7 - Guadiana
- Municípios
- Cursos de Água
- ARPSI - RH7 (T=100 anos)

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)		X	X			

Custo total da medida

Investimentos (€): 8 000,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas
-------	---------------------	----------------------	----------------------

		APA	
--	--	-----	--

Indicadores de acompanhamento da medida**Indicadores de monitorização**

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações**Condicionantes**

--

Notas

O valor de investimento é uma estimativa passível de revisão, face à especificidade do equipamento.

Identificação da Medida

Implementação e operacionalização de modelo de previsão hidrológica (SVARH)

Código: PTRH7PREP08

ARPSI: Vila Real de Santo António → PTRH7Guadiana01

Tipologia: Preparação

Âmbito: Específica

Objetivos Estratégicos

Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação

Objetivos Operacionais

Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados

Caracterização

Descrição:

Os modelos hidrológicos permitem uma previsão de caudais através das previsões de precipitação. Esta capacidade de simular o escoamento constitui uma ferramenta de apoio à decisão, dando detalhes do que pode ser expectável em áreas de maior risco de inundação.

Localização

Não Aplicável

De que forma o projeto integra possíveis impactos resultantes de alterações climáticas

Não aplicável

Compatibilidade com os objetivos da DIRETIVA-QUADRO DA ÁGUA

Não aplicável

Prioridade da medida

Muito Alta	X	Alta		Média		Moderada		Baixa	
------------	---	------	--	-------	--	----------	--	-------	--

Programação física e financeira

Fases de implementação:

Calendário de execução	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Financeira Investimentos (€)						
Execução Física (%)		X	X			

Custo total da medida

Investimentos (€): 5 000,00 (sem IVA)

Financiamento

Fontes de financiamento

Fonte	Comparticipação (%)	Entidade responsável	Entidades envolvidas

Indicadores de acompanhamento da medida

Indicadores de monitorização

Duração	Indicador	Entidade responsável	Periodicidade
			Relatório intermédio e relatório final

Observações

Notas

PROJETO PGRI